

# A QUESTÃO URBANA E AS CONDIÇÕES GERAIS DE PRODUÇÃO: RETOMANDO UM DEBATE

*The urban question and the general conditions of production: resuming the debate*

Manoel Maria do Nascimento Júnior  
(UFBA)

## Informações do artigo

Recebido em 15/04/2019

Aceito em 03/06/2019

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n247.p424-451>



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## Como ser citado (modelo ABNT)

NASCIMENTO JÚNIOR, Manoel Maria do. A questão urbana e as condições gerais de produção: retomando um debate. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, Salvador, n. 247, mai./ago., p. 424-451, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n247.p424-451>

## Resumo

Este artigo tenta encontrar o lugar do conceito de condições gerais de produção na compreensão dos problemas urbanos a partir da revisão bibliográfica da obra de Karl Marx, Manuel Castells, Jean Lojkine e João Bernardo, concluindo pela utilidade do conceito na compreensão dos problemas urbanos da atualidade.

**Palavras-chave:** Condições gerais de produção. Questão urbana. Estado. Classes sociais. Planejamento urbano.

## Abstract

Starting from a literature review of the works of Karl Marx, Manuel Castells, Jean Lojkine and John Bernardo, this article tries to find a place for the concept of general conditions of production in the understanding of urban problems, concluding the concept useful in understanding the urban problems today.

**Keywords:** General conditions of production. Urban question. State. Social classes. Urban planning.

## Introdução

Embora o uso do conceito *condições gerais de produção* seja cada vez mais raro, ele segue fundamental para a compreensão de alguns processos urbanos e regionais (LENCIONI, 2007).

Este artigo presta-se a fazer uma longa revisão bibliográfica das principais produções sobre o conceito, na tentativa de trazê-lo novamente ao debate acadêmico sobre urbanismo e planejamento urbano.

Primeiramente, será revisada a emergência do conceito na obra de *Karl Marx*, em especial os **Grundrisse** e **O Capital**, para compreender o lugar deste conceito no sistema teórico marxista.

Em seguida, será revisado o tratamento do conceito por autores da *escola francesa de sociologia urbana*. Por representarem as sínteses teóricas mais elaboradas desta escola, as obras de

*Manuel Castells* e *Jean Lojkine* serão discutidas em busca do tratamento dado por eles ao conceito e à sua centralidade no tratamento das questões urbanas.

Imediatamente depois, será apresentada a centralidade dada ao conceito na obra teórica do historiador português *João Bernardo*. Embora a questão urbana não seja objeto central de sua obra, nela a relação entre o meio urbano, a arquitetura, o urbanismo e as condições gerais de produção encontra sua expressão mais completa e acabada.

Por último, será feito um balanço da construção histórica do conceito, demonstrando sua atualidade frente aos conflitos sociais urbanos do presente.

### Condições gerais de produção em Marx

O conceito de condições gerais de produção nasce de uma intuição de Marx, que não chegou a ser transformada em conceito nem a ser debatida com precisão. Sequer seus principais comentadores dedicam muitas páginas ao assunto (BIDET, 2007; COLECTIVO DA UNIVERSIDADE DE BERLIM, 1978; CLEAVER, 2000; MÉSZÁROS, 2011; ROSDOLSKY, 2001). Não obstante, os elementos deste conceito, nomeado de diversas maneiras por Marx (*condições coletivas de produção, condição geral da atividade produtiva etc.*), estão espalhados em sua obra econômica e discutidos com certo grau de profundidade.

Os elementos do conceito apareceram pela primeira vez na obra de Marx nos **Grundrisse**. Primeiro, como parte de uma crítica ao método dos economistas que o precederam:

É moda fazer preceder a Economia de uma parte geral – e justamente a que figura sob o título “Produção” (ver, por exemplo, J. St. Mill) –, na qual são tratadas as **condições gerais de toda produção**. Essa parte geral consiste ou deve supostamente consistir: 1) das condições sem as quais a produção não é possível. Isso significa, de fato, nada mais do que indicar os momentos essenciais de toda produção. Mas se reduz de fato, como veremos, a algumas determinações muito simples convertidas em banais tautologias; 2) das condições que, em maior ou menor grau, fomentam a produção, como, por exemplo, o estado progressivo ou estagnante da sociedade de Adam Smith. Para conferir significado científico a isso, que em Smith tinha seu valor como síntese, seriam necessárias investigações sobre os períodos dos graus de produtividade no desenvolvimento dos povos singulares – uma investigação que ultrapassa os limites próprios do tema, mas que, na medida em que faz parte dele, deve ser inserida no desenvolvimento da concorrência, acumulação etc. Na versão geral, a resposta resume-se à proposição geral de que um povo industrial alcança o auge de sua produção justamente no momento mesmo em que está em seu auge histórico. De fato. Um povo está em seu auge industrial na medida em que, para ele, o essencial não é somente o ganho, mas o ganhar. Nesse caso, os ianques [são] superiores aos ingleses. Ou então: na medida em que, por exemplo, certas predisposições raciais, certos climas, certas condições naturais, como proximidade do litoral, fecundidade do solo etc., são mais favoráveis à produção do que outras. O que acaba na tautologia de que a riqueza é criada com maior facilidade à medida que seus elementos objetivos e subjetivos estão disponíveis em maior grau. (MARX, 2011, p. 42) (**grifo nosso**)

Marx rejeitou muito firmemente o tratamento das condições gerais da produção mediante tal método. Optou por colocar o problema em outros termos, muito mais à frente, ao debater o problema *das condições físicas da troca*:

Todavia, na medida em que a própria circulação cria custos, requer trabalho excedente, ela mesma aparece incluída no processo de produção. Sob essa ótica, a circulação aparece como momento do processo de produção imediato. [...] A criação das condições físicas da troca – de meios de comunicação e transporte – devém uma necessidade para o capital em uma dimensão totalmente diferente – a anulação do espaço pelo tempo. Dado que o produto imediato só pode ser valorizado em massa, em mercados distantes, quando os custos de transporte diminuem, e dado que, por outro lado, os próprios meios de transporte e comunicação só podem representar esferas de valorização do trabalho acionado pelo capital, e à medida que tem lugar um intercâmbio massivo – pelo qual é repost o mais do que o trabalho necessário –, a produção de meios de transporte e comunicação baratos é condição para a produção fundada no capital e, em consequência, é criada por ele. Do ponto de vista do capital, todo trabalho requerido para lançar à circulação o produto acabado – ele só se encontra na circulação econômica quando se encontra no mercado – é um obstáculo a superar, **da mesma maneira que todo trabalho que é exigido como condição para o processo de produção (p. ex., os custos para segurança da troca etc.)** (MARX, 2011, p. 432-433). (grifo nosso)

Aqui, Marx começa a apresentar elementos do conceito (a segurança da troca), mas não o apresenta em sua forma final. Ademais, nesta forma primitiva e nesta fase inicial de argumentação de Marx, as condições gerais de produção ainda são concebidas, do ponto de vista do capital, como *obstáculos a superar*. Podem os capitalistas, por sua própria conta, superar a falta de condições físicas da troca? Sob que condições o fazem? Para responder a estas perguntas, Marx observou o que se deu na História quanto aos meios de transporte e circulação:

[...] as vias de comunicação cabiam originalmente à comunidade; mais tarde, e por um longo período, cabiam aos governos, como simples deduções da produção que saem do produto excedente coletivo do país, mas não constituem uma fonte de riqueza – i.e., não cobrem seus custos de produção. [...] Se ela pode enfim ser construída, isso prova que a sociedade possui o tempo de trabalho (trabalho vivo e objetivado) para a sua construção (MARX, 2011, p. 433, 436).

Para Marx, então, o desenvolvimento das condições físicas da troca expressa o aprofundamento da divisão social do trabalho e a produção de trabalho coletivo excedente. Traz consigo, entretanto, o problema dos custos de produção dos meios de comunicação e transporte necessários à realização física da troca. Marx concretiza o debate a partir do exemplo da construção de uma estrada, e segue indagando:

Mas a questão é justamente se o capitalista poderia valorizar a estrada, se poderia realizar seu valor pela troca. Naturalmente, tal questão existe para todo produto, mas assume uma forma particular para as **condições gerais de produção**. Suponha que o valor da estrada não se valoriza. No entanto, é construída, porque é um valor de uso necessário. Como fica a coisa, então? (MARX, 2011, p. 433) (grifo nosso)

O conceito de *condições gerais de produção* surge pela primeira vez na obra de Marx com o novo caráter que o diferenciaria de seu emprego pelos economistas clássicos. Ainda como uma *intuição, um lampejo, um conceito sem definição detalhada*.

Mas, voltando à estrada e à argumentação de Marx, vemos que sua construção erigiu também um paradoxo. Ao mesmo tempo em que os meios de comunicação e transporte são condições físicas da troca necessária à valorização massiva do capital em mercados distantes, estes meios não cobrem seus custos de produção, nem valorizam seu valor. Por outro lado, a estrada é um valor de uso necessário à circulação do capital, e sua falta entrava, por isto mesmo, o processo de valorização do capital. Que fazem os capitalistas, então, quando não há estradas? Aguardam que "a comunidade" ou "o governo" providenciem sua construção como em tempos antigos? Ou lançam-se à superação deste obstáculo? Os custos de produção e a não-valorização do valor são obstáculos absolutos à superação, pelos próprios capitalistas, da falta de meios de comunicação e transporte? Ou há condições sob cuja influência os capitalistas podem construir, eles próprios, os meios de comunicação e transporte que lhes faltam? Marx se lança à investigação para responder a estas perguntas:

Para que o capital singular assuma tal tarefa, *i.e.*, crie as condições que se situam fora do próprio *processo de produção* imediato, o trabalho tem de se valorizar. [...] [P]ara que o capitalista construa a estrada como negócio, às suas custas, são necessárias várias condições, todas coincidentes com o fato de que o modo de produção fundado sobre o capital já está desenvolvido a um nível mais elevado. *Primeiramente*: é pressuposta a *magnitude do capital*, do capital concentrado em suas mãos, para poder assumir um trabalho de tal dimensão e de rotação e valorização mais lentos. [...] *Segundo*: exige-se dele que produza juros, e não lucro (pode produzir mais do que juros, mas isso não é necessário. [...] *Terceiro*: como pressuposto, intercâmbio tal – sobretudo comercial – que a estrada vale o mesmo valor de troca para os produtores, ou proporciona uma força produtiva que eles podem pagar tal preço. *Quarto*: que uma parte [da] sua riqueza desfrutável invista sua renda nesses artigos de locomoção. Mas o essencial continua sendo os seguintes pressupostos: 1) capital, utilizável para tal objeto na quantidade requerida, que se contenta com os juros; 2) tem de valer a pena para os capitais produtivos, para o capital industrial, pagar o preço por uma estrada (MARX, 2011, p. 433, 437).

Tendo dito isto, Marx conclui, tentando abstrair do debate promovido:

O capital enquanto tal – suposta sua existência posta no volume necessário – construirá estradas somente quando a construção de estradas tornar-se necessidade para os produtores, em especial para o próprio capital produtivo; uma condição para a *produção de lucro* do capitalista. Assim a estrada é rentável. Mas nesses casos já é pressuposto um intercâmbio mais intenso. Trata-se do mesmo pressuposto *duplicado*: por um lado, a riqueza do país suficientemente concentrada e transformada na forma do capital, de modo a se encarregar de tais trabalhos como processo de valorização do capital; por outro, o volume do intercâmbio suficiente e a barreira, constituída pela falta de meios de comunicação, suficientemente sentida enquanto tal para que o capitalista possa realizar o valor da estrada (de forma parcelada e por partes no tempo) como estrada (*i.e.*, sua utilização). **Todas as condições gerais da produção**, tais como **estradas, canais etc.**, seja **as que facilitam a circulação ou as que a tornam possível**, seja igualmente **as que aumentam a força produtiva** (como as irrigações etc. realizadas pelos governos na

Ásia e, de resto, também na Europa), tais condições, para serem levadas a cabo pelo capital, em lugar do governo, que representa a comunidade enquanto tal, supõem um elevado desenvolvimento da produção fundada no capital. A desvinculação das *obras públicas* do Estado e sua passagem ao domínio dos trabalhos executados pelo próprio capital indica o grau em que se constituiu a comunidade real na forma do capital. [...] Depois, o capital joga as despesas sobre os ombros do Estado ou, onde o Estado tradicionalmente ainda ocupa uma posição superior diante dele, possui ainda o privilégio e a vontade de forçar o conjunto [dos capitalistas] a pôr uma parte de sua *renda*, não de seu capital, em tais **trabalhos de utilidade geral**, trabalhos que aparecem ao mesmo tempo como **condições gerais da produção** e, por essa razão, não como condição *particular* para qualquer capitalista – e enquanto não assume a forma de sociedade por ações, o capital sempre procura exclusivamente as condições *particulares* de sua valorização, relega as **condições coletivas**, como necessidades nacionais, ao país como um todo (MARX, 2011, p. 438). (grifo nosso)

Marx aponta uma oposição entre condições *particulares* e as condições *gerais* de produção. Grosso modo, uma coisa é um capitalista particular garantir transporte para suas próprias mercadorias, outra coisa é a construção de estruturas viárias capazes de beneficiar vários processos produtivos de uma só vez.

Neste percurso, não somente Marx apontou as condições mediante as quais o capital pode superar obstáculos à sua própria valorização, como traçou, de modo indiciário, as linhas gerais do conceito de *condições gerais de produção*. Trata-se, neste momento da obra de Marx, das *condições que tornam possível a circulação, que a facilitam, ou que aumentam a força produtiva*.

Como se sabe, os **Grundrisse** formaram um rascunho, uma primeira versão, um plano de obra para o trabalho de Marx que depois seria publicado como **O Capital** (ROSDOLSKY, 2001). Nesta nova obra, Marx retomou o debate sobre as condições gerais de produção, inicialmente, no capítulo sobre cooperação:

Mesmo quando o modo de trabalho permanece o mesmo, o emprego simultâneo de um número maior de trabalhadores opera uma revolução nas condições objetivas do processo de trabalho. **Edifícios onde muitos trabalham juntos, depósitos de matérias-primas etc., recipientes, instrumentos, aparelhos etc. que servem a muitos de forma simultânea ou alternada**, em suma, parte dos meios de produção é agora consumida em comum no processo de trabalho. [...] **Meios de produção consumidos em comum transferem uma parte menor de seu valor ao produto individual, em parte porque o valor total que transferem é simultaneamente repartido por uma massa maior de produtos e em parte porque, em comparação com meios de produção isolados, entram no processo de produção com um valor certamente maior em termos absolutos, porém relativamente menor quando se considera seu raio de ação**. Com isso, diminui não apenas um componente do capital constante como também, na proporção de sua grandeza, o valor total da mercadoria. O efeito é o mesmo que se obteria caso os meios de produção da mercadoria fossem produzidos de forma mais barata. **Essa economia na utilização dos meios de produção deriva apenas de seu consumo coletivo no processo de trabalho de muitos indivíduos**, e estes assumem tal caráter de **condições do trabalho social ou condições sociais do trabalho** em contraste com os meios de produção dispersos e de custo relativamente alto de trabalhadores autônomos isolados ou pequenos mestres, mesmo quando os muitos indivíduos apenas trabalham no mesmo local, sem trabalhar uns com os outros.

Parte dos meios de trabalho assume esse caráter social antes que o próprio processo de trabalho o faça. (MARX, 2013, p. 399-400) (**grifo nosso**)

Não há confusão alguma entre condições do trabalho social e condições gerais de produção; no debate sobre as vantagens da cooperação, importam os conceitos de *consumo coletivo*, de *repartição do valor* transferidos por meios de produção usados coletivamente e o *raio de ação* destes meios de produção quando empregues de tal maneira.

Voltando às condições gerais de produção, Marx retomou o debate de forma mais precisa no capítulo que trata do impacto da maquinaria sobre o desenvolvimento da grande indústria:

O revolucionamento do modo de produção numa esfera da indústria condiciona seu revolucionamento em outra. Isso vale, antes de mais nada, para os **ramos da indústria isolados pela divisão social do trabalho – cada um deles produzindo, por isso, uma mercadoria autônoma –, porém entrelaçados como fases de um processo global.** [...] Mas a revolução no modo de produção da indústria e da agricultura provocou também uma revolução nas **condições gerais do processo de produção social**, isto é, nos **meios de comunicação e transporte.** [...] Assim, abstraindo da construção de veleiros, que foi inteiramente revolucionada, o sistema de comunicação e transporte foi gradualmente ajudado ao modo de produção da grande indústria por meio de um sistema de **navios fluviais transatlânticos a vapor, ferrovias e telégrafos** (MARX, 2013, p. 457-458) (**grifo nosso**).

Da análise da cooperação e da manufatura resultou que certas **condições gerais de produção**, como os **edifícios** etc., se comparadas com as de produção dispersas de trabalhadores isolados, são economizadas mediante o consumo coletivo e, por isso, encarecem menos o produto (MARX, 2013, p. 461) (**grifo nosso**).

Mas assim que o sistema fabril conquista certa base existencial e determinado grau de maturidade; assim que seu próprio fundamento técnico, a própria maquinaria, passa, por sua vez, a ser produzido por máquinas; assim que se revolucionam a extração de carvão e ferro, bem como a metalurgia e os meios de transportes e, em suma, são estabelecidas as **condições gerais de produção correspondentes à grande indústria**, esse modo de produzir adquire uma elasticidade, uma súbita capacidade de se expandir por saltos que só encontra limites na insuficiência de matéria-prima e de mercado por onde escoar seus próprios produtos. (MARX, 2013, p. 522) (**grifo nosso**).

Novamente, condições gerais de produção e consumo coletivo se cruzam. Entretanto, Marx não avançou mais do que isto: indicou, através de exemplos, algumas das condições gerais da produção capitalista (meios de comunicação, meios de transporte, edifícios, depósitos, recipientes, aparelhos, instrumentos), mas não as conceituou mais precisamente. Seu uso enquanto conceito era, ainda, muito equívoco: mais adiante, Marx arrolou também como condições gerais da produção capitalista "o intercâmbio, a compra e a venda" (MARX 2013, p. 585).

No Livro III de **O Capital**, Marx discute de forma bastante parecida os meios de economia no emprego de capital constante: reaproveitamento de resíduos no próprio processo produtivo; redução do tempo de circulação do capital; melhoria contínua da maquinaria; economia no emprego do capital constante (MARX, 2008, p. 107-139). É de especial interesse para o debate das condições gerais de produção o tratamento dado por Marx às *economias de escala decorrentes dos ganhos de produtividade na produção de matérias-primas e de meios de produção*:

[...] o desenvolvimento da produtividade do trabalho num ramo da produção, por exemplo, o de ferro, de carvão, máquinas, construção etc. – esse desenvolvimento, por sua vez, pode estar ligado ao progresso no domínio da produção intelectual, notadamente das ciências naturais e da sua aplicação –, patenteia-se condição para que se reduza o valor e portanto os custos dos meios de produção noutros ramos industriais, por exemplo, a indústria têxtil ou a agricultura. É o que naturalmente se infere, pois a mercadoria que sai como produto de um ramo industrial entra noutro como meio de produção. A redução maior ou menor de seu preço depende da produtividade do trabalho no ramo de produção que sai como produto, e é simultaneamente condição: para baixar o preço das mercadorias de que é meio de produção/ para reduzir o valor do capital constante de que se torna parte integrante, e, por consequência, para aumentar a taxa de lucro (MARX, 2008, p. 114).

Há muitos outros aspectos teóricos ligados às condições gerais de produção nos Livros II e III de **O Capital**, mas este é o aspecto que interessa ao debate a ser travado adiante. Como se vê, Marx foi pródigo no uso do conceito de condições gerais de produção para explicar momentos cruciais da produção capitalista; entretanto, deixou-nos sem uma definição mais precisa do conceito, contentando-se em exemplificá-lo e em usá-lo de maneira um tanto equívoca. Isto tem consequências teóricas muito sérias, a serem vistas adiante.

Para o momento, pode-se dizer, em linhas gerais, que para Marx o conceito de condições gerais de produção abarca os seguintes elementos:

- a) Os *meios de transporte*, como estradas, ferrovias e navios, capazes de levar as mercadorias de um lugar a outro para efetivação de sua troca.
- b) Os *meios de comunicação*, como o telégrafo, que permitem superar distâncias sem os custos próprios ao deslocamento físico de bens e pessoas.
- c) Tudo o que *torne possível a circulação*, ou que *facilite a circulação*.
- d) Todos os *trabalhos de utilidade geral*, como as irrigações, ou seja, as obras e equipamentos que beneficiem não apenas um capitalista, mas grande número deles ou todos, indistintamente.
- e) Edifícios, depósitos, recipientes, aparelhos, instrumentos e outros *meios de produção consumidos em comum por muitos indivíduos, simultânea ou alternadamente*.
- f) Todos os ganhos de produtividade resultantes do *desenvolvimento da produtividade do trabalho na produção de matérias-primas e meios de produção*.
- g) Tudo aquilo que *auçente a força produtiva*.
- h) Tudo aquilo que garanta a *segurança da troca*.

### **Condições gerais de produção na escola francesa de sociologia urbana**

A ligação entre as condições gerais de produção e o meio urbano é muito evidente, especialmente se levarmos em conta a malha viária urbana e os meios de transporte urbanos; os ganhos de escala decorrentes da concentração espacial de meios de produção, meios de circulação e

força de trabalho; os benefícios gerados pelos trabalhos de utilidade geral sobrepostos no mesmo espaço (rede elétrica, abastecimento de água e esgoto etc.). Entretanto, foi preciso aguardar quase cem anos para que o desenvolvimento conceitual das condições gerais de produção fosse retomado e sua ligação com o meio urbano fosse explicitada; foi no seio da *escola francesa de sociologia urbana* formada por Manuel Castells, Jean Lojkine, Edmond Preteceille, Christian Topalov e outros que as condições gerais de produção foram recolocadas num lugar teórico de relevo.

Para ilustrar este resgate teórico, tomaremos como exemplo as obras de *Manuel Castells* (2000) e *Jean Lojkine* (1997); cada qual a seu modo, refinaram aspectos antes deixados incompletos pelo próprio Marx e atualizaram sua teoria.

### Manuel Castells

Tendo afirmado ao longo de **A questão urbana** que o urbano é a *reprodução coletiva da força de trabalho* e que a cidade é a (CASTELLS, 2000, p. 550), Castells precisou retificar alguns equívocos num posfácio, e estabelecer, a partir de um diálogo crítico com o próprio livro de sua autoria, elementos contidos em suas pesquisas posteriores.

Em primeiro lugar, Castells reconheceu a diversidade de práticas e funções que se dão numa cidade; por outro lado, ligou todas estas funções e práticas à forma histórica específica de uma sociedade dada, em relação com o capital, a produção, a distribuição, a política, a ideologia, ao consumo, à acumulação do capital e às relações políticas entre classes (CASTELLS, 2000, p. 550-551).

Em segundo lugar, Castells estabeleceu o espaço e o tempo como elementos de uma conjuntura unidos por uma relação biunívoca, e mostrou como a organização do espaço em unidades específicas e articuladas segundo os arranjos e os ritmos dos meios de produção parece ser própria das *regiões*, não das *cidades* (CASTELLS, 2000, p. 554-555).

Em terceiro lugar, Castells demonstrou como a aglomeração, a unidade urbana, são definidas não nos termos próprios das regiões, mas nos termos do processo de *reprodução da força de trabalho*, articulado com a reprodução das relações sociais e com a dialética da luta de classes (CASTELLS, 2000, p. 556-557). Dentro da reprodução da força de trabalho, distinguiu dois grandes processos: o *consumo coletivo* e o *consumo individual*, para indagar qual deles estrutura o espaço (CASTELLS, 2000, p. 557).

Na tentativa de responder à indagação, Castells principiou pela divisão do consumo, encontrada em Marx, em *reprodução ampliada dos meios de produção* mediante o *consumo produtivo*; em *reprodução ampliada da força de trabalho* por meio do *consumo individual*; e num consumo dos indivíduos que ultrapassa o nível da reprodução simples e ampliada segundo necessidades historicamente definidas (representando, aqui, o consumo de *bens de luxo*) (CASTELLS, 2000, p. 568). Em seguida, afirmou que o consumo é determinado pelas regras gerais do modo de produção, mas



esta determinação se produz em diferentes níveis e com efeitos específicos ao se levar em conta a diversidade de significações sociais do consumo: *apropriação do produto* pelas classes sociais, *reprodução da força de trabalho* relativamente ao processo de produção, e *reprodução das relações sociais* no que concerne ao modo de produção no seu conjunto (CASTELLS, 2000, p. 569).

Trazendo sua reflexão do campo teórico para a compreensão das contradições do capitalismo monopolista, Castells identificou três efeitos específicos dos fatos fundamentais desta fase do capitalismo:

1. *A ocupação e transformação de novos setores da economia na busca de saídas para investimento*, incluído aí o setor de produção de meios de consumo.
2. Uma *exigência histórica de elevação do nível de consumo pelas classes populares*, como resultado do desenvolvimento do poder crescente do movimento operário na luta de classes, sendo usada pelo sistema tanto como forma de atender a reivindicações sem romper com sua própria lógica de funcionamento quanto como forma de ocupar e transformar novos setores da economia.
3. O *desenvolvimento da massa dos meios de consumo e do papel estratégico que ocupam na economia*, resultante do desenvolvimento e socialização crescente das forças produtivas, complexificando os processos de reprodução da força de trabalho (CASTELLS, 2000, p. 570-571).

Castells demonstrou, em seguida, como a mercantilização não alcança bens cujo processo de produção produz uma taxa de lucro inferior à média, nem aqueles bens ou serviços que, para garantir o interesse da classe capitalista no seu conjunto, devem ser monopolizados pelo Estado (CASTELLS, 2000, p. 574-575). É o consumo coletivo dos bens e serviços assim caracterizados que tem papel fundamental na luta do capital contra a baixa tendencial da taxa de lucro; ao desvalorizar uma parte do capital social por meio de investimentos sem lucro, o Estado contribui para aumentar a taxa de lucro do setor privado, sendo um dos principais mecanismos do capital monopolista, e não somente um instrumento de reprodução do capital (CASTELLS, 2000, p. 575-576).

Castells, depois de construir este edifício teórico com base em Marx e nas pesquisas que ele próprio vinha realizando até o momento<sup>1</sup>, apontou a emergência de traços estruturais dos novos conflitos sociais e políticos:

1. Uma contradição entre as *exigências crescentes dos trabalhadores* e a *necessidade de manter a previsibilidade do comportamento da força de trabalho* num processo de produção complexo e

---

1 Além de construir um quadro teórico de referências, **A questão urbana** apresentou também os resultados da pesquisa de Castells nas *new towns* britânicas, nos processos de renovação urbana dos EUA e nos movimentos urbanos parisienses (CASTELLS, 2000, p. 392-458).

interdependente; esta contradição se expressa nos *movimentos de reivindicação urbana* e no seu contrário, a *integração e participação*.

2. As cadências do consumo coletivo, submetidas aos interesses do capital, resultam numa bifurcação entre, de um lado, *revoltas* violentas e pontuais, quase sempre espontâneas, que catalisam de modo coletivo as diversas violências individuais, e de outro a exigência de crescente *regulação* do sistema urbano segundo a lógica da classe dominante, que prepara o terreno para a ideologia da *planificação urbana*.
3. Com sua intervenção permanente e cada vez mais ampla no domínio de processos e unidades de consumo através da planificação urbana, o Estado converteu-se em verdadeiro *arranjador da vida cotidiana*, o que resulta numa *politização quase imediata de toda a problemática urbana*.
4. Disto tudo, surge o *urbanismo* como ideologia e fundamento da profissão do urbanista, politicamente capazes, ambos, de impor um determinado modelo de relações sócias acobertadas por técnicas de gestão (CASTELLS, 2000, p. 577-578).

Castells afirma que estas contradições estruturais importavam a quatro campos políticos:

1. Para a *classe dominante*, a ideologia urbana encobre as contradições próprias das necessidades de superação da baixa tendencial da taxa de lucro; por isto mesmo, difundiu-a profusamente.
2. A *pequena burguesia*, em especial aquela envolvida na contracultura da época, dominada por uma ideologia utópica humanista e ecológica, adaptam-se perfeitamente tando às bases econômicas quanto às expressões ideológicas da problemática urbana.
3. As *tendências reformistas da oposição ao capitalismo* viam nos "problemas urbanos" um campo privilegiado de atuação, pois a pauta do consumo coletivo induz a ações reformistas.
4. A *oposição política revolucionária* precisaria, diante deste quadro, fazer uma avaliação das contradições urbanas e das lutas que delas resultam tendo em vista a conjuntura da luta de clases e as características das organizações econômicas e políticas das classes dominadas (CASTELLS, 2000, p. 579-581).

Em obra posterior, dedicada ao estudo do movimento cidadão madrileno, Castells encontrou o substrato empírico para este modelo teórico, reforçando-o e descrevendo-o em termos mais simples (CASTELLS, 1980, p. 20-25). Já em **The city and the grassroots**, entretanto, este modelo marxista foi abandonado em favor de um modelo pluralista e intercultural de interpretação da realidade<sup>2</sup> (CASTELLS, 1983) que viria não apenas a caracterizar sua obra posterior, como a torná-lo, com Jordi Borja, num dos principais ideólogos do *planejamento urbano estratégico*.

---

<sup>2</sup> "O que nossa perspectiva afirma, e o que a pesquisa empírica mostra, é que a tecnologia *per se*, ou mesmo a estrutura da própria economia, *não* são a força motriz por trás do processo de urbanização. Fatores econômicos e o progresso tecnológico desempenham, de fato, papel importante no estabelecimento da

Jean Lojkin

Jean Lojkin construiu a síntese teórica expressa em **O Estado capitalista e a questão urbana** a partir de uma crítica dura tanto ao funcionalismo sociológico quanto ao marxismo estruturalista a que Manuel Castells, mesmo a contragosto, era associado (LOJKINE, 1997, p. 79-105). Sendo Lojkin também marxista, embora com maior influência de Gramsci que de Althusser (o que, na esquerda francesa dos anos 1970, significava a pertença a campos diferentes de atuação<sup>3</sup>), a consequência prática desta crítica foi a necessidade retornar a Marx não apenas para construir uma teoria do Estado alternativa ao funcionalismo sociológico e ao marxismo estruturalista (LOJKINE, 1997, p. 106-141), mas de fazê-lo igualmente para situar-se no debate sobre a questão urbana.

É então que o conceito de condições gerais de produção passa a ter operatividade. Lojkin resgatou-o para ligar o *processo imediato de produção* e a *unidade de produção*, de um lado, e o *processo global de produção e circulação do capital*, de outro. Lojkin observou, todavia, que

[...] essa limitação do alcance do conceito [*aos meios de comunicação e de transporte*] parece-nos hoje discutível por causa do aparecimento de fatores também importantes que são outras tantas condições necessárias à reprodução global das formações capitalistas desenvolvidas. Trata-se, de um lado dos *meios de consumo coletivos* que se vêm juntar aos *meios de circulação material*; de outro, da *concentração espacial* dos meios de produção e reprodução das formações sociais capitalistas (LOJKINE, 1997, p. 145).

Lojkin observou, então, que o que caracteriza a cidade capitalista, além da simples aglomeração de meios de produção e troca, é, de um lado, a crescente concentração dos meios de consumo coletivo, e de outro o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução do capital e da força do trabalho, que se tornam sempre condições sempre mais determinantes do desenvolvimento econômico (LOJKINE, 1997, p. 146-147)

Para desenvolver sua hipótese, Lojkin dividiu-a nos dois termos em que a apresentou e passou, em primeiro lugar, a responder à seguinte questão: *em quê o modo social de consumo pode mudar a função final e improdutiva do consumo coletivo?* A resposta, tal como construída por Lojkin, depende de uma casuística.

---

forma e sentido do espaço. Mas tal papel é determinado, tanto quanto a própria economia e a tecnologia, pelo processo social mediante o qual a humanidade se apropria do espaço e do tempo e constrói uma organização social, implacavelmente desafiado pela produção de novos valores e pela emergência de novos interesses sociais" (CASTELLS, 1983, p. 291).

3 "Na primeira metade da década de 1970 a ala renovadora, moderada e conciliatória do Partido Comunista Francês ressuscitou os escritos de Gramsci, considerando-o um precursor de Togliatti e do eurocomunismo. Na outra extremidade deste Partido Louis Althusser [...] dirigia a artilharia da Escola Normal Superior contra o humanismo atribuído a Gramsci e contra a teoria da praxis, o que na realidade significava uma reação do comunismo granítico contra um comunismo disposto a adoptar a democracia parlamentar. A polémica era esta e os seus dois termos pareciam ser os únicos existentes" (BERNARDO, MANOLO, 2012).

Em primeiro lugar, Lojkine discorreu sobre a inserção do trabalho científico na produção de mais-valia relativa e sobre a relação positiva entre a formação profissional dos operários da grande indústria e a produtividade do trabalho, recordando que tanto a pesquisa científica quanto a educação, e também a saúde, permanecem improdutivas do ponto de vista capitalista, mesmo sendo meios cada vez mais necessários de formação das forças produtivas humanas. Entretanto, não sendo consumidos diretamente pela força de trabalho individual por não serem objeto de transformação direta do capital variável em salário, representam a transformação deste capital variável em *compra de forças de trabalho* (trabalhadores da educação, da saúde, da ciência etc.) e de *meios de trabalho* (escolas, hospitais, universidades, centros de pesquisa etc.) que só funcionam no processo de consumo; os meios de consumo coletivo são, assim, *despesas indispensáveis* para transformar o resto do capital variável em salário e, depois, em compra de mercadorias destinadas ao consumo final (LOJKINE, 1997, p. 147-151).

Estas características levaram Lojkine a buscar paralelismos entre a função social dos *gastos de circulação* e dos *gastos de consumo*. Para ele, em ambos os casos, uma fração da riqueza social seria destinada a permitir e facilitar materialmente o conjunto da reprodução do capital social e suas diferentes metamorfoses, sem entrar no consumo produtivo nem no consumo improdutivo; sua inserção no processo de reprodução do capital e da força de trabalho se dá, do ponto de vista social, no papel de auxiliares necessários, mas totalmente improdutivos (LOJKINE, 1997, p. 152).

Três características distinguem, para Lojkine, os meios de consumo coletivo dos meios de consumo individuais:

1. O valor de uso dos primeiros é *coletivo*, no sentido de que se dirigem não a uma necessidade particular do indivíduo, mas a uma necessidade social que só pode ser satisfeita coletivamente (LOJKINE, 1997, p. 154).
2. A mesma dificuldade de inserir os meios de consumo coletivos no setor das mercadorias aparece com a própria *duração do seu consumo*: a lentidão de renovação de uma escola, de um hospital, de uma habitação, por durarem várias dezenas de anos, resulta numa diminuição da rotação do capital não produtivo no setor do consumo e, por conseguinte, uma rentabilidade muito fraca – exceto quando afetadas por mudanças no valor de uso (LOJKINE, 1997, p. 156).
3. Os meios de consumo coletivo não têm valores de uso que se coagulem em produtos materiais separados e exteriores às atividades que os produziram (LOJKINE, 1997, p. 156).

Ademais, os meios de consumo coletivo guardam relações *indiretas* com o processo produtivo; isto justifica chamá-los de condições gerais de produção, mas não permite incluí-los no rol das condições *diretas* de produção. As condições gerais diretas e indiretas da produção guardam entre si relação de *complementaridade tecnológica*, mas seus efeitos são bastante distintos (LOJKINE, 1997, p. 157).

Prosseguindo a discussão, Lojkine passou à análise da *aglomeração urbana*, tentando encontrar na *cooperação* o vínculo que liga os meios de consumo coletivo aos meios de circulação material e ao espaço, desde que a cooperação seja entendida como *instrumento essencial da produção social* (LOJKINE, 1997, p. 158-159). A cooperação desenvolvida, ao aproximar trabalhadores, operações produtivas diversas e meios de produção, permitiu entender que a cidade, como resultado deste processo, não obedece a leis específicas de desenvolvimento diferentes daquelas da própria produção capitalista; o que explicava a aparente autonomia dos fenômenos urbanos, entretanto, é o fato de se darem e formações econômicas diversas, não nos limites restritos da manufatura ou da indústria capitalistas (LOJKINE, 1997, p. 159).

Tendo estabelecido seu quadro conceitual, Lojkine indagou-se sobre a existência de uma *urbanização monopolista* que correspondesse ao capital monopolista. Passou, então, a analisar três critérios principais do capitalismo monopolista, e suas consequências em termos de urbanização:

1. Um *novo tipo de socialização da produção*. Para Lojkine, com base em Hilferding e Lenin, é discutível se a *empresa simples* ainda é a unidade econômica predominante, ao invés da *empresa conjugada* formada por um complexo de atividades produtivas e não-produtivas separadas social e espacialmente, mas unidas por um duplo processo de interdependência tecnológica e centralização social. Em seguida, Lojkine analisou a socialização da produção mediante ações, cartéis e monopólio, de um lado, e de outro a socialização do *conjunto* desses diferentes processos particulares no nível da *divisão territorial do trabalho*, da *cooperação ampliada* e dos *conjuntos multinacionais*; tendo como base a *cooperação social no trabalho*, enxergou um nexo de continuidade entre estes dois níveis da socialização da produção. Apresentou a revolução nestas condições gerais de produção causadas pela ampliação da cooperação social, e mostrou como um conjunto de meios de formação de uma força de trabalho complexa foi adaptado a esta ampliação (LOJKINE, 1997, p. 165-168).
2. Um *novo tipo de autonomização das funções do capital*. Aqui, quatro processos distintos representam as novas funções do capital: a *decisão e programação da empresa a médio e longo prazo*; a *criação, circulação e tratamento das informações provenientes do mercado*; a *decisão e programação da empresa quanto ao andamento diário*; e as *operações de produção*. Para Lojkine, o trabalho intelectual ligado a estas quatro funções se autonomizou, fazendo com que o capitalista não conseguisse mais realizá-lo sozinho sem a cooperação de uma camada de *engenheiros e técnicos*. Todo este processo levou Lojkine a propor a substituição de uma *sociologia da estratificação social* por uma *sociologia da segregação social*; ao invés de ter seu campo restrito à reprodução da força de trabalho, esta sociologia poderia relacionar um espaço urbano "central", onde se dão as atividades de direção e as zonas periféricas onde estão disseminadas as atividades de execução (LOJKINE, 1997, p. 168-172).
3. Um *novo tipo de mobilidade espacial da fração dominante do capital*. Aqui Lojkine distingue uma *mobilidade social*, uma *mobilidade temporal* e uma *mobilidade espacial* do capital; analisando o capital monopolista e sua tendência à baixa da taxa média de lucro, Lojkine diz que há uma necessidade de grupos monopolistas abandonarem investimentos pouco

diversificados e de longa duração, influenciando, deste modo, as formas de urbanização (impossibilidade de novas vilas operárias, por exemplo) (LOJKINE, 1997, p. 172-174).

A urbanização capitalista encontrava, entretanto, três limites:

1. *O financiamento dos meios de comunicação e consumo coletivo* (LOJKINE, 1997, p. 172-174).
2. *A concorrência anárquica entre os diferentes agentes que ocupam ou transformam o espaço urbano.* Aqui, Lojkiné mostrou como a concorrência levava, por exemplo, as cidades a serem fortemente influenciadas pelas decisões de instalação ou fechamento de empresas, com a consequente geração ou extinção de empregos. Estando estas decisões na dependência das *vantagens* ou *desvantagens locacionais*, a divisão social do trabalho engendrava os fenômenos do *subdesenvolvimento crescente das regiões menos equipadas em infraestruturas urbanas* (num círculo vicioso) e, de outro lado, o *congestionamento urbano* e a *aglomeração nas "megalópoles"* (LOJKINE, 1997, p. 184-185).
3. *A renda fundiária, o preço do solo e a segregação urbana.* Às duas formas originais da renda fundiária – *instrumento de produção e suporte passivo de meios de produção, circulação ou consumo* – Lojkiné incluiu uma terceira, que é sua *capacidade de aglomerar, de combinar socialmente meios de produção e meios de reprodução de uma formação social* (LOJKINE, 1997, p. 185-186). Estas formas de renda fundiária trazem consigo a fragmentação destes valores de uso entre um sem-número de proprietários fundiários que, a cada dia, são substituídos por grandes monopolistas; sua principal manifestação espacial é a segregação, produzida pelos mecanismos de formação do preço do solo, que por sua vez são determinados pela nova divisão social e espacial do trabalho. Lojkiné distingue três tipos de segregação urbana: *oposição centro/periferia*, causada pela defasagem do preço do solo entre ambos; *separação crescente entre zonas de moradia das camadas sociais privilegiadas e zonas de moradia popular*; e *esfacelamento das "funções urbanas" em zonas distintas*, sistematizado e racionalizado como o "zoneamento urbano" (LOJKINE, 1997, p. 189).

Uma das principais funções do Estado na teoria de Lojkiné é a de exercer a "regulação" social. A intervenção estatal seria, deste modo, a forma mais elaborada, mais desenvolvida, da resposta capitalista à necessidade de socialização das forças produtivas, e uma de suas primeiras formas é a de *intervir no curto prazo para superar os três limites acima* (LOJKINE, 1997, p. 190). Outra das formas de intervenção reguladora do Estado é, para Lojkiné, a *planificação urbana*, ou seja, a *coordenação estatal da ocupação e utilização do solo urbano*; a terceira forma de intervenção reguladora é a *coletivização do solo urbano*, ou suas tentativas através de *reservas fundiárias municipais* ou de *taxação das mais-valias fundiárias* (LOJKINE, 1997, p. 190-191). A autonomização e a nova mobilidade dos capitais monopolistas, entretanto, determinam formas bem mais flexíveis de intervenção planificadora, "adaptadas" às exigências do desembaraço rápido do capital monopolista, em especial através de socializações seletivas do solo (concessões, preempções etc.) que permitam expropriar a pequena propriedade não-monopolista em benefício dos usuários monopolistas (LOJKINE, 1997, p. 192).

O Estado, enquanto agente principal da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classe, reflete ativamente as condições e as lutas de classes geradas pela segregação social dos valores de uso urbanos; sua subordinação à fração monopolista do capital apenas agrava as contradições políticas, tais como aquelas verificadas entre segmentos centrais ou locais do Estado na sua tentativa de atender a interesses de classes antagônicas (LOJKINE, 1997, p. 193-194).

### Balanço

De intuição razoavelmente desenvolvida, as condições gerais de produção foram transformadas num conceito poderoso, e com repercussões gerais sobre o entendimento do papel desempenhado pelo planejamento urbano e pelo Estado relativamente ao desenvolvimento urbano.

Castells, ao reconhecer na aglomeração urbana apenas um espaço de reprodução da força de trabalho e deixar à escala regional as preocupações quanto à inserção no processo produtivo, mostrava radicar sua preocupação com o *espaço intra-urbano*. Ao invés de empregar o conceito de condições gerais de produção, usou o conceito de *consumo coletivo* para analisar o espaço intra-urbano, já sendo possível localizar nele o *planejamento urbano* como resultado da necessidade de regular o espaço urbano em resposta às revoltas urbanas; conseqüentemente, o planejamento é forma de intervenção do Estado sobre aspectos muito minuciosos da vida urbana, resultando numa politização de diversos aspectos da vida antes não englobados pelas contradições sociais. A intervenção do Estado se dá através de investimentos nos equipamentos de consumo coletivo que, ao não serem feitos no sentido de obtenção de lucro, representam uma desvalorização de parte do capital social e, conseqüentemente, aumentam a taxa de lucro do setor privado. Nota-se a preocupação de Castells com os conflitos sociais e com certas formas de participação política tendentes a aprofundar a integração das classes subalternas, mas a análise centrada no *consumo*, e não na *produção*, apresenta limites sérios de compreensão das lutas sociais.

Em Lojkine, entretanto, o espaço intra-urbano e o espaço regional são integrados numa só teoria, graças à sua concepção renovada de condições gerais de produção que permite incluir num só quadro teórico o consumo coletivo, a circulação material e a concentração espacial dos meios de produção e reprodução das formações sociais capitalistas. O planejamento urbano, aqui, é uma intervenção contraditória do Estado sobre a socialização das forças produtivas. Mais adiante em sua obra, Lojkine trata as lutas urbanas já quase sem se referir às condições gerais de produção, que parecem ter-lhe servido apenas como instrumento polêmico contra o funcionalismo e o estruturalismo; os movimentos que analisou em **O Estado capitalista e a questão urbana** existiam fundamentalmente como reação às conseqüências do capital monopolista sobre a questão urbana, tal como já vistas.

Mas tudo isto ainda é muito abstrado, muito vago, e praticamente força a teoria marxista a seus limites conceituais e lógicos. Seria este um caminho a percorrer?

### **A renovação do conceito de condições gerais de produção em João Bernardo**

Enquanto a escola francesa de sociologia urbana trazia as condições gerais de produção para o centro do debate sobre as cidades, nos porões da clandestinidade da ditadura salazarista e nas agruras do exílio francês as condições gerais de produção estavam sendo trazidas para o centro da própria produção capitalista pelo historiador português *João Bernardo Maia Viegas Soares*.

Expulso de todas as universidades portuguesas em 1965 por envolver-se numa discussão com o reitor da Universidade de Lisboa e ser acusado de agressão, João Bernardo foi preso três vezes entre 1965 e 1966, entrou na militância anti-salazarista clandestina em 1967 e em 1968 exilou-se de Portugal. Em Paris, onde viveu de junho de 1968 até pouco depois da Revolução dos Cravos (1974), João Bernardo militou em organizações clandestinas e seguiu – fora do ambiente acadêmico – com as pesquisas críticas em torno do marxismo que iniciara ainda antes de sua expulsão das universidades portuguesas, o que o levou a uma ruptura com o marxismo ortodoxo e a uma aproximação do *comunismo de conselhos* e das teorias de militantes como Anton Pannekoek, Karl Korsch e Herman Gorter. Com antigos companheiros de organização, João Bernardo fundou o jornal **Combate**, publicado de 1974 até 1978, de tendência libertária e que esteve muito ligado às ocupações de empresas e às comissões de trabalhadores. Com o fracasso da experiência política radical do conselhismo na revolução portuguesa (1974–1978) e depois de vários anos de estudos em Portugal, em outros países europeus e nos Estados Unidos, em 1984 João Bernardo decidiu-se a vir para o Brasil, estimulado pelo professor Maurício Tragtenberg. Ministrou cursos como professor convidado em várias universidades públicas brasileiras até 2009 e deu cursos livres em sindicatos, especialmente na CUT até 1999 (JOÃO..., 2014).

Em **Marx crítico de Marx** (1977a, 1977b, 1977c) e na **Economia dos conflitos sociais** (1991b), João Bernardo apresentou um quadro teórico que tem, sobre a escola francesa da sociologia urbana, a vantagem de centrar-se mais nos *conflitos concretos entre classes* que na *análise abstrata das relações entre capital e Estado*<sup>4</sup>. Adicionalmente, o modelo teórico de João Bernardo, conquanto retenha o

---

4 Na **Economia dos conflitos sociais** João Bernardo explicita o caráter desequilibrado da economia: "A luta de classes é o resultado inelutável, permanente, do fato de a força de trabalho ser capaz de despender tempo de trabalho, sem que seja, porém, possível vinculá-la a um quantum predeterminado. Por isso os resultados do processo de exploração são irregulares, em grande parte imprevisíveis, fluidos. Desta contradição fulcral resulta que o modelo da mais-valia é um modelo aberto e, como todos os mecanismos econômicos da sociedade contemporânea são, ou formas de mais-valia, ou seus aspectos subsidiários, conclui-se que uma teoria crítica da economia capitalista só pode basear-se num modelo aberto, estruturalmente desequilibrado" (BERNARDO, 1991b, p. 62). O desequilíbrio permanente no plano da produção é fonte de



núcleo central da teoria marxista – a *teoria da exploração econômica* –, promove uma crítica global ao próprio marxismo, apontando seus pontos cegos, becos sem saída e contradições.

O modelo de uma só empresa em Marx, e sua crítica

Para começar, João Bernardo fez uma crítica profunda da contradição entre o *modelo de produção da mais-valia* e o *modelo de distribuição da mais-valia* na teoria marxista: para o autor, Marx teria elaborado no **O Capital** um modelo explicativo baseado no funcionamento de *uma só empresa abstrata isolada das demais empresas abstratas*, e não de *várias empresas desiguais funcionando em conjunto*. O resultado, em termos teóricos, é a relação entre proletariado e capitalistas aparece distorcida:

[...] enquanto sob o ponto de vista da produção esta [*a relação entre o proletariado e os capitalistas*] aparecia como resultado de uma relação de classes globalizadas, sob o ponto de vista da sua distribuição a produção de mais-valia passa a apresentar-se como resultante da relação entre um grupo particular de operários e um capitalista particular. [...] Parte-se do princípio, e toda a parte da obra em que o objeto da análise é a produção da mais-valia, em geral no livro primeiro, que o sistema capitalista vigora em absoluto (portanto, que não há relações com outros regimes de produção), que existe uma única nação (portanto, que não há comércio externo) e, além disso, que se trata de uma única empresa (BERNARDO, 1977b, p. 10-11).

Entre outros problemas desta opção teórica dissecados pelo autor (BERNARDO, 1977b, p. 7-21), interessa a uma teoria do planejamento urbano a *relação entre empresas*, e portanto a *integração econômica*, que é também central no pensamento de João Bernardo:

O que está em causa é a ausência de um verdadeiro modelo das relações inter-capitalistas. Na perspectiva macro-econômica da produção da mais-valia em função dessa produção, ou da circulação da mais-valia, Marx ou reduz a totalidade econômica a uma só empresa ou a considera composta de empresas absolutamente idênticas e indiferenciadas, de forma que tanto num caso como noutro a relação entre as empresas não é pensada enquanto problema. Em toda a obra de Marx essa relação não é rigorosamente definida e para exprimi-la faz-se apelo a categorias empíricas e convencionais que permitem, ao nível da forma de exposição, apresentar como resolvido um problema que nem sequer realmente é posto (BERNARDO, 1977b, p. 21).

---

*conflitos sociais*. "**Conflito** é uma categoria genérica, que engloba todas as formas de manifestação social das contradições. As **lutas** são apenas uma das categorias dos conflitos, constituindo movimentos colectivos, capazes de empregar eventualmente a violência e dotados de um programa de reivindicações sistemático" (BERNARDO, 1997, p. 10). Em outra obra, João Bernardo define os conflitos sociais como sendo o processo de seleção, entre as muitas virtualidades produzidas pelas relações práticas entre as classes sociais e pela institucionalização destas relações, daquela ou daquelas que deixarão de ser uma simples possibilidade contida no desenvolvimento das relações sociais e se transformarão em relações reais, práticas, concretas. Como este processo se dá mediante uma série de choques simultâneos entre classes sociais, o critério de seleção é a adequação, em cada momento, entre a passagem destas virtualidades à prática e as necessidades de uma das classes em conflito (BERNARDO, 1991a, p. 31-32).

### Condições gerais de produção, unidades de produção particularizadas e integração econômica

João Bernardo pretendeu preencher esta lacuna ao apresentar as condições gerais de produção como *campo fundamental da inter-relação capitalista* (BERNARDO, 1977b, p. 110-115). Em sua obra **Economia dos conflitos sociais** (BERNARDO, 1991b), o autor apresentou um modelo mais bem-acabado das relações entre capitalistas a partir das condições gerais de produção.

No modelo que proponho [...] a integração econômica pressupõe a diferenciação recíproca dos processos produtivos. A hierarquização é a forma como esta integração se realiza. O lugar dominante cabe aos processos que surtem o maior número de efeitos tecnológicos em cadeia e o leque mais vasto desses efeitos, porque o seu *output* serve de *input* ao maior número de outros processos. O aumento da produtividade num dos processos produtivos dominantes constitui, portanto, uma condição necessária para que tal aumento ocorra num número muito elevado dos restantes, pelo que são eles as condições fundamentais para a integração econômica global. [...] A estes processos fundamentais, necessários à integração das unidades econômicas no nível da própria atividade produtora, chamo Condições Gerais de Produção (CGP) (BERNARDO, 1991b, p. 157-158).

Aqui percebe-se tanto a presença dos elementos indicados por Marx quanto alguns dos processos que Marx classificara como economias no emprego do capital constante<sup>5</sup>. As condições gerais de produção, concebidas deste modo, são distintas das *unidades de produção particularizadas*:

Àquelas unidades que não desempenham qualquer função de CGP, denomino Unidades de Produção Particularizadas (UPP). Considero-as particularizadas porque, servindo o seu *output* de *input* a um número reduzido de outros processos, não desempenham funções básicas nem centrais na propagação de aumentos de produtividade. Enquanto as CGP iniciam a generalidade das remodelações tecnológicas e dão aos seus efeitos o âmbito mais vasto possível, cada UPP limita-se a veicular tais efeitos ao longo da linha de produção em que diretamente se insere, e dessa apenas (BERNARDO, 1991b, p. 158)

João Bernardo apresentou uma descrição abrangente e minuciosa das condições gerais de produção, na tentativa de demonstrar seu papel enquanto elementos integradores da produção capitalista:

1. *Condições gerais da produção e da reprodução da força de trabalho*, compostas pelas "creches e os estabelecimentos de ensino destinados à formação das novas gerações de trabalhadores, bem como as condições várias de existência das famílias de trabalhadores", pelas "infra-estruturas sanitárias e os hospitais" e pelo "meio social em geral e, nomeadamente, o quadro urbano", ressaltando que "aqui se insere o urbanismo, em sentido muito lato"(BERNARDO, 1991b, p. 159).

---

5 Ao discutir uma descrição dos elementos da economia no emprego do capital constante feita por Marx, João Bernardo exclama: "Pois não é esta a base imediata do modelo de distribuição de mais-valia que tenho vindo a enunciar? Entre as 'esferas que fornecem ao capital os seus meios de produção' não estão as condições gerais de produção, que dominam a extracção, as fontes de energia e a sua repartição, bem como bom número de matérias-primas?" (BERNARDO, 1977b, p. 114)

2. *Condições gerais da realização social da exploração*, ou seja, "as condições para que o processo de trabalho ocorra enquanto processo de produção de mais-valia", isto é, "para que os trabalhadores sejam despossuídos da possibilidade de reproduzir e formar independentemente a força de trabalho e sejam despossuídos do produto criado", sendo, portanto, afastados também da organização do processo de trabalho. Trata-se das instituições repressivas e do urbanismo (BERNARDO, 1991b, p. 159).
3. *Condições gerais da operatividade do processo de trabalho*. São as "condições para que o processo de trabalho, definido como processo de exploração, possa ocorrer materialmente", vez que a exploração econômica dos trabalhadores sob o capitalismo "requer meios tecnológicos que, ao mesmo tempo que realizam o afastamento dos trabalhadores relativamente à administração da produção, põem à disposição dos capitalistas as formas de efetivarem essa administração". Trata-se dos "centros de investigação e de pesquisa, tanto teórica como aplicada, mediante os quais os capitalistas realizam e reproduzem o seu controle sobre a tecnologia empregada, dela excluindo os trabalhadores" e as "várias formas de captação, veiculação e armazenamento de informações, que conferem aos capitalistas o controle dos mecanismos de decisão e lhes permitem impor à força de trabalho os limites estritos em que pode expressar opiniões ou tomar decisões relativamente aos processos de fabricação" (BERNARDO, 1991b, p. 160).
4. *Condições gerais da operacionalidade das unidades de produção*. Trata-se das infraestruturas, "nomeadamente as redes de produção e distribuição de energia; as redes de comunicação e transporte; os sistemas de canalização para fornecimento de água e para escoamento de detritos e, em geral, da coleta de lixo; a criação, ou preparação, ou acondicionamento dos espaços ou suportes físicos, ou do ambiente, onde se instalam processos de produção" (BERNARDO, 1991b, p. 160-161).
5. *Condições gerais da operatividade do mercado*. Trata-se dos "sistemas de veiculação, cruzamento e comparação de informações que permitem o estabelecimento de relações entre produtores e consumidores", das "redes de transporte" e das instalações de armazenamento de produtos cujo consumo não seja imediato, "desde que, como freqüentemente sucede, sejam comuns ao *output* de várias linhas de produção" (BERNARDO, 1991b, p. 161).
6. *Condições gerais da realização social do mercado*. Trata-se fundamentalmente de estimular o "consumo de determinados bens específicos produzidos por algumas empresas" e de condicionar "um certo estilo de vida, a aquisição de um certo leque de bens ou até o consumo em geral"; são incluídas aqui pelo autor tanto a publicidade quanto certos aspectos da educação (BERNARDO, 1991b, p. 161).

#### Estado Amplo, Estado Restrito e classes sociais

A este modelo de integração econômica baseado nas condições gerais de produção corresponde uma superestrutura política diferenciada:

O nível do político é o Estado, entendido como aparelho de poder das classes dominantes. Sob o ponto de vista dos trabalhadores, esse aparelho inclui as empresas. No interior de cada empresa, os capitalistas são legisladores,

superintendem as decisões tomadas, são juizes das infrações cometidas, em suma, constituem um quarto poder, inteiramente concentrado e absoluto, que os teóricos dos três poderes clássicos no sistema constitucional têm sistematicamente esquecido, ou talvez preferido omitir. E, o entanto, a lucidez de Adam Smith permitira-lhe já colocar ao lado do poder político, tanto civil quanto militar, o poder de comandar e usar o trabalho alheio. [...] A este aparelho, tão lato quanto o são as classes dominantes, chamo Estado Amplo. O Estado A é constituído pelos mecanismos da produção da mais-valia, ou seja, por aqueles processos que asseguram aos capitalistas a reprodução da exploração [...].

Apenas sob o estrito ponto de vista das relações entre capitalistas, o Estado pôde se reduzir ao sistema de poderes classicamente definido, a que chamo aqui de Estado Restrito. Os parâmetros da organização do Estado R definem-se pelos casos-limite da acumulação de capital sob forma absolutamente centralizada, e temos então a ditadura interna aos capitalistas, ou sob forma dispersa, isto é, quando existe uma pluralidade de pólos de acumulação, e temos então a democracia interna aos capitalistas. A organização do Estado R depende, em suma, do processo de constituição das classes capitalistas.

O Estado globalmente considerado, a integralidade da superestrutura política, resulta da articulação entre o Estado A e o Estado R (BERNARDO, 1977b, p. 162-163).

No modelo teórico de João Bernardo as classes sociais capitalistas são igualmente radicadas no processo de integração econômica:

O sistema de integração hierarquizada dos processos produtivos, com a superestrutura política que lhe corresponde, pressupõe que no interior do grupo social dos capitalistas se distingam a particularização e a integração. De cada um destes aspectos fundamentais decorre uma classe capitalista: a **classe burguesa** e a **classe dos gestores**. Defino a **burguesia** em função do funcionamento de cada unidade econômica enquanto unidade particularizada. Defino os **gestores** em função do funcionamento das unidades econômicas enquanto unidades em relação com o processo global. Ambas são classes capitalistas porque se apropriam da mais-valia e controlam e organizam os processos de trabalho. Encontram-se, assim, do mesmo lado na exploração, em comum antagonismo com a **classe dos trabalhadores** (BERNARDO, 1991b, p. 202) (**grifo nosso**).

Estas duas classes capitalistas diferenciam-se entre si por critérios muito objetivos:

1. Quanto às *funções desempenhadas no processo produtivo*. Burgueses e gestores podem compartilhar espaços nas unidades particularizadas de produção e na produção das condições gerais de produção, assim como no Estado Amplo e no Estado Restrito, mas é sua função nestes lugares que as diferencia enquanto classe: os burgueses organizam *processos econômicos particularizados e fazem-no reproduzindo esta particularização*, e por sua vez os gestores organizam *processos decorrentes do funcionamento econômico global e da relação de cada unidade econômica com tal funcionamento* (BERNARDO, 1991b, p. 203-204).
2. Quanto às *superestruturas jurídicas e ideológicas*. Os burgueses se apropriam do capital através da *propriedade privada dos meios de produção*, enquanto os gestores se apropriam do capital através de sua *relação com a integração econômica*; estes últimos, embora possam receber salários, têm sua remuneração complementada através de *suplementos, seguros e pensões e regalias em gêneros*, e nos lugares onde a burguesia mantém ainda ativa presença empresarial a remuneração complementar assume também a forma de *ações da empresa*,

*empréstimos concedidos pela empresa a juros baixíssimos, prêmios em caso de demissão etc.* A estas superestruturas *jurídicas* correspondem também concepções *ideológicas*, ou seja, diferentes *projetos de organização da totalidade social*. Os burgueses, seguindo a atomística de sua posição na produção, concebem o funcionamento da sociedade em termos de *livre-mercado* e pugnam pela sua expansão; esta transferência para o mundo das ideias da forma jurídica de sua apropriação do capital, entretanto, não corresponde a qualquer mecanismo de funcionamento da economia. Os gestores, por sua vez, concebem a sociedade em termos de *planificação*, entendendo-a enquanto fenômeno inovador, inaugurado no momento em que alcançaram a hegemonia social, econômica e política, e apto a suplantiar as formas tradicionais de concorrência e o mercado (BERNARDO, 1991b, p. 204-208).

3. Quanto às *diferentes origens históricas*. O capitalismo surge do desenvolvimento e desintegração do *regime senhorial* (BERNARDO, 1995; BERNARDO, 1997; BERNARDO, 2002), e as classes sociais que o compõem encontram sua origem histórica no funcionamento da economia deste regime. Enquanto a burguesia surge do chamado *putting-out system*<sup>6</sup> e da fragmentação própria deste sistema pré-manufatureiro de trabalho doméstico terceirizado, os gestores formaram-se enquanto classe a partir de instituições onde os poderes se concentravam, como a *burocracia de corte*, a *burocracia dos grandes soberanos e príncipes* e a *burocracia das cidades*, devendo esta última, segundo João Bernardo, ser considerada como uma *senhoria coletiva* frente ao campesinato; estas burocracias criaram as condições gerais que permitiram ao *putting-out system* e a outras formas embrionariamente empresariais<sup>7</sup> converter-se em empresas capitalistas propriamente ditas (BERNARDO, 1991b, p. 208).
4. Quanto aos *diferentes desenvolvimentos históricos*. Embora compartilhem origens históricas muito próximas, embora distintas, burgueses e gestores desenvolveram-se enquanto classes sociais mediante processos históricos distintos. Nas fases iniciais do capitalismo, a classe dos gestores encontrava-se *fragmentada em vários campos* e, no interior de cada um, em *instituições e unidades econômicas distintas*, sem que seus integrantes relacionassem-se

---

6 Forma de organização da produção surgida nas fases iniciais do capitalismo, caracterizada por uma relação comercial entre um mercador-coordenador e produtores sub-contratados: enquanto o mercador-coordenador compra matéria-prima, os sub-contratados trabalham-na para produzir bens manufaturados, que vendem ao mercador-coordenador. Todo o trabalho de manufatura era feito no próprio domicílio do produtor sub-contratado; a ligação entre as etapas de produção era coordenada pelo mercador-comprador, que se encarregava (pessoalmente ou através da contratação de pessoal próprio) do transporte dos bens em produção de casa a casa, até que toda a cadeia produtiva necessária para a transformação da matéria-prima em produto final estivesse concluída (WILLIAMSON, 1985, p. 215-216).

7 A desagregação do comunitarismo rural nos séculos XIV e XV, em seguida às sucessivas derrotas da plebe rural nas lutas sociais que acompanharam as grandes heresias medievais e os primeiros anos da Reforma; a ascensão e o enriquecimento de camponeses abastados; a crise econômica que levava a classe senhorial a vender partes consideráveis de seu patrimônio; a acumulação de fortuna fundiária nas mãos dos camponeses ricos; a proliferação de jornaleiros, ou seja, de trabalhadores rurais sem-terra a vagar pelos campos em busca de trabalho a cada safra ou entre-safra; o interesse de negociantes-empresários das cidades em aproveitar a mão-de-obra artesanal existente nas áreas rurais e implementar nestas áreas, fora do controle das corporações de ofício, pequenas manufaturas têxteis; tudo isto, para João Bernardo, cria as condições para uma economia não-senhorial no final da Idade Média (BERNARDO, 2002, p. 579-623), cujo desenvolvimento veio a resultar no regime capitalista do início da Idade Moderna.

reciprocamente. Sendo o motor do crescimento do capitalismo a *mais-valia relativa* – ou seja, o aumento constante da produtividade mediante a intensificação dos processos do trabalho e da inovação tecnológica e organizacional –, ela exige o *aumento da concentração da força de trabalho e da composição técnica do capital*; isto exige *investimentos* cada vez mais altos, na medida em que a quantidade de capital necessária para assegurar a reprodução ampliada é elevada pelas pressões sobre a taxa de lucro. As *crises econômicas*, ao desvalorizar o capital, fazem com que estes investimentos possam ser reduzidos nos períodos de recuperação próprios a cada ciclo econômico. Rapidamente, com a evolução das crises e com as necessidades de novos investimentos, foram atingidos níveis de concentração que ultrapassaram as capacidades de qualquer capital individual ou familiar, e em poucas décadas mesmo a capacidade de investimento derivada da associação alguns poucos burgueses (via sociedades limitadas) também foi ultrapassada. Os incrementos na produtividade só puderam continuar, então, na medida em que se tornou possível *mobilizar a generalidade indiscriminada dos capitais por meio de sistemas financeiros* (conceito que, para o autor, engloba tanto as operações de crédito quanto as sociedades por ações). As *barreiras institucionais* entre os pequenos investidores particulares e a aplicação efetiva dos capitais investidos, na forma de diretorias de empresa, burocracias bancárias e securitárias e outras, multiplicaram-se e complexificaram-se à medida em que evoluíam as formas de crédito, seguro e sociedades acionárias. E é a partir de sua posição em tais lugares que, por exemplo, direções de bancos aplicam recursos sem consultar os correntistas, seguradoras compram e vendem ações sem consultar os componentes de seus fundos de seguro, diretorias de empresas tomam decisões sem consultar a globalidade dos acionistas etc. A *concentração econômica*, ao centralizar capitais anteriormente dispersos e ao instituir barreiras entre seus titulares e sua aplicação efetiva, tornou-se ao mesmo tempo sinônimo da *dispersão da propriedade privada do capital* e de progressiva *hegemonia daqueles que detém o controle das instituições controladoras destes capitais centralizados* – os gestores. Na medida em que a concentração econômica facilita igualmente a integração recíproca de unidades de produção particularizadas, o poder dos gestores resulta ainda maior. Na medida em que as instituições surgidas no processo de concentração econômica compõem o Estado Amplo, é neste lugar que começa a hegemonia dos gestores; é daí que se lançam ao que possa haver restado de significativo das instituições integrantes do Estado Restrito. E todo este processo *enfraquece política e economicamente a burguesia*, que perde paulatinamente sua hegemonia à medida em que avança a concentração de capitais e a influência dos gestores sobre o Estado Restrito; sua tendência, enquanto classe, é a de transformar-se numa classe de *rentistas* (BERNARDO, 1991b, p. 208-216).

#### Meio urbano, urbanismo e arquitetura num quadro de conflitos sociais

Na complexa arquitetura conceitual de João Bernardo, pode-se verificar que o *urbanismo* é uma das condições gerais de produção. Mais especificamente, é uma das *condições gerais da produção e da reprodução da força de trabalho*:

Qualquer tipo de urbanismo capitalista, pela simultânea separação social dos *habitats* e integração social das vias de comunicação, ao mesmo tempo reflete e condiciona a simultânea cisão e articulação sociais que ocorrem no processo da

mais-valia. Trata-se de uma condição fundamental, tanto para a produção da força de trabalho, como para as demais formas de produção da mais-valia (BERNARDO, 1991b, p. 159).

A segregação urbana, já vista em Lojkin, aparece aqui novamente no campo das condições gerais de produção. Para João Bernardo, o meio urbano tem um papel destacado no processo de formação de novas gerações de trabalhadores ao promover a separação de uma geração jovem de trabalhadores da plurimilenária cultura rural que precedeu o capitalismo:

A ortogonalidade das arquiteturas e da urbanização e a ocorrência simultânea de ritmos diferentes e defasados são dois aspectos de importância primordial na formação das mentalidades e das habilidades adequadas à tecnologia industrial. Basta recordar que recentemente, quando o capitalismo precisou aumentar maciçamente a oferta de mão-de-obra apta a laborar com as novas técnicas eletrônicas, não se limitou a ministrar cursos de formação nem a introduzir o computador na escola. Difundiu-o maciçamente no meio urbano, a um ponto tal que os jogos, de mecânicos que eram, passaram a ser eletrônicos e qualquer criança educada nas cidades de hoje, pelo mero fato de brincar, torna-se mais capaz de entender o manejo de computadores do que um adulto instruído. Assim, no ócio extradoméstico e mesmo durante os próprios períodos em que transita entre a esfera da família e a das instituições formadoras especializadas, a futura força de trabalho vai paulatinamente recebendo um adestramento manual e psíquico insubstituível (BERNARDO, 1991b, p. 82-83).

Por isto mesmo, não apenas o meio urbano, mas também o urbanismo e a arquitetura podem ser entendidos como uma das *condições gerais da realização social da exploração*:

Podemos a partir daqui entender a estreita conjugação entre as formas repressivas e o urbanismo. A vigilância indireta requer a configuração especial da arquitetura e mesmo toda uma paisagem urbana, tal como, já no seu tempo, a reconstrução de Paris sob a orientação de Haussmann tivera entre os objetivos principais a adoção de novas técnicas no combate às insurreições (BERNARDO, 1991b, p. 160).

Há outro aspecto em que o meio urbano, a arquitetura e o urbanismo podem ser entendidos como condições gerais da realização social da exploração: *o combate travado por burgueses e gestores contra o inter-relacionamento social dos trabalhadores fora dos quadros capitalistas*. Para João Bernardo, sob o ponto de vista social,

[...] a integração dos trabalhadores no capitalismo é sinônimo da fragmentação da força de trabalho. No organograma de uma empresa, cada trabalhador encontra-se inteiramente individualizado e só lhe seria consentido um relacionamento direto com a direção ou, pelo menos, apenas dentro do quadro oficialmente determinado poderiam os trabalhadores estabelecer entre si relações diretas; as relações entre os trabalhadores seriam autorizadas na medida somente em que decorressem das necessidades do processo de trabalho, ou seja, mediante a prévia relação de cada trabalhador com as respectivas chefias. Neste esquema ideal, que constitui o sonho de qualquer capitalista, a permanente interferência da direção da empresa, esforçando-se para que o relacionamento entre trabalhadores seja apenas indireto, resultado das relações diretas de cada um com a chefia, é a garantia da individualização dos trabalhadores, da sua fragmentação. Este quadro social inspira o sistema tecnológico vigente e é por ele reproduzido. O relacionamento recíproco dos trabalhadores durante o processo material de trabalho decorre da relação de cada um com a maquinaria, que é globalmente controlada, pela administração

capitalista. Explicam-se assim os sistemas salariais que dividem os trabalhadores numa quantidade tão grande de subcategorias que cada uma quase tende a ser preenchida por um indivíduo apenas, de maneira a estimular a concorrência e os conflitos internos à força de trabalho. De um modo geral, o capitalismo lança mão de todas as tradições culturais e preconceitos, desde o racismo até o bairrismo, capazes de acentuar a fragmentação da classe trabalhadora e o individualismo dos seus membros. E, como se trata de um sistema econômico totalizante, que não rege apenas a produção de bens, mas também a própria produção de força de trabalho, tendendo, portanto a desenvolver extensiva e intensivamente até abranger a globalidade da sociedade, a individualização dos trabalhadores encontra-se reproduzida na individualização dos cidadãos (BERNARDO, 1991b, p. 317)

Do ponto de vista dos burgueses e dos gestores, o *inter-relacionamento social genérico dos trabalhadores* precisa se dar sob seu controle, pois seu aprofundamento fora das práticas e instituições em que burgueses ou gestores aparecem como intermediários resulta no *fortalecimento dos trabalhadores enquanto classe*. O inter-relacionamento social genérico dos trabalhadores é, portanto, um quadro social onde podem ser desenvolvidas relações sociais alheias ao controle capitalista, podendo inclusive comportar virtualidades revolucionárias:

No interior das empresas, os grupos informais constituem um quadro deste inter-relacionamento social mais genérico e, ao mesmo tempo, dele resultam. Grupos informais e relações humanas supraprofissionais são sistemas indissociáveis. Fora dos locais de trabalho, estas relações tecem-se em torno de pontos de convergência: as tabernas, os cafés, os bares, as associações musicais, desportivas ou recreativas; até a igreja, sobretudo quando os fiéis se recrutam apenas entre a população trabalhadora, não sendo a freqüência interclassista; e os mais simples de todos, os jardins, a praça pública. Enquanto se restringem ao aspecto formal mais aparente, enquanto o convívio parece não ter outra função senão a da mera presença em conjunto, este inter-relacionamento é um fator de conformismo, pressionando os que freqüentam um mesmo pólo de concentração a obedecer a padrões de comportamento comuns. É, então, um fator de divisão entre grupos. Mas, quando os conflitos se desenvolvem, rapidamente estes aspectos são eliminados ou, pelo menos, secundarizados, servindo o inter-relacionamento social de quadro de radicalização (BERNARDO, 1991b, p. 329).

As estratégias de capitalistas e gestores para controlar este inter-relacionamento são muitas:

Por vezes procuram retirar aos trabalhadores o controle dos pólos de inter-relacionamento, criando nas empresas clubes e centros recreativos ou conquistando, com subsídio e interesseiras benesses, aqueles que tenham sido fundados autonomamente. Em outros casos, tentam desarticular verdadeiramente as redes de inter-relacionamento genérico dos trabalhadores, destruindo por completo bairros tradicionais e forçando os habitantes a dispersarem-se por áreas residenciais novas, deliberadamente planejadas e construídas sem pontos de convergência, sem jardins e praças, sem cafés nem centros esportivos. Referi, no capítulo respectivo, as funções do urbanismo enquanto CGP. Vemos agora que o cuidadoso planejamento de cidades-dormitório é hoje uma condição geral para que o processo de produção possa ocorrer no quadro da redução dos conflitos às formas individuais e passivas (BERNARDO, 1991b, p. 330).

Os quadros, ritmos, espaços e formas do inter-relacionamento social constituem, desta forma, um *campo da luta de classes*:



E vemos assim que o inter-relacionamento social genérico, se é objeto da estratégia dos capitalistas, converte-se ele próprio em campo da luta de classes onde, portanto, os trabalhadores conduzem uma ação com o objetivo de preservar, ou de restaurar, sistemas de inter-relacionamento. À desarticulação dos espaços públicos pelo novo urbanismo, opõe-se uma imaginosa recriação, o desvio de certos elementos urbanos da função prevista e o seu aproveitamento enquanto pólo de relações entre os moradores (BERNARDO, 1991b, p. 331).

Os receios de burgueses e gestores quanto ao inter-relacionamento social de trabalhadores é justificado. Para ilustrar sua argumentação, João Bernardo traz um exemplo simples, no qual é possível reconhecer tantas e quantas comunidades populares mundo afora:

Um correspondente anônimo de um obscuro jornal operário deu conta da generalização e da agudização dos conflitos trabalhistas na cidade espanhola de Reinosa, onde, durante meses, a partir de finais de 1986, as massas trabalhadoras enfrentaram unânime e ativamente, com a maior coragem e engenho, os grandes capitalistas que controlam as indústrias locais e os reforços policiais diariamente intensificados.

Espantava-se esse correspondente que uma povoação "que fazia dos bares o principal núcleo de relacionamento" e que fora até então conhecida como "la ciudad de los cien bares", pudesse ter-se convertido na cidade onde todos lutavam como um só, sem precisarem aparentemente de nenhum tipo de organização nem de receberem indicações de ninguém. Não há razão para espantos, antes ao contrário. A freqüentação dos cem bares, repetida ao longo dos anos, criou entre os trabalhadores um interrelacionamento tão estreito que permitiu, chegada a hora do confronto, que se afirmassem como um coletivo único e que a combatividade de uns tantos se repercutisse em todos (BERNARDO, 1991b, p. 329-330).

## Balanço

Na obra de João Bernardo as condições gerais de produção foram trazidas ao proscênio da teoria econômica. É lá onde são produzidas que se radica a classe social hegemônica na atualidade (os gestores). É a partir delas que se alastram ganhos de produtividade por todo o sistema – e sendo estes ganhos a força motriz do capitalismo, a centralidade econômica das condições gerais de produção é reforçada.

Mesmo considerando que João Bernardo não dedicou às cidades, nas obras em que trata do sistema capitalista, a mesma atenção especial devotada em sua obra de análise do regime senhorial<sup>8</sup>, e que nas páginas dedicadas ao meio urbano, à arquitetura e ao urbanismo o autor não tenha sido tão preciso e minudente quanto os sociólogos da escola francesa, sua teoria tem a vantagem de integrar o urbano diretamente no processo produtivo como lugar da produção, instrumento da produção e reprodução da força de trabalho e resultado da produção, e de fazê-lo, portanto, de modo a dar conta não apenas das "contradições do capital", mas igualmente dos aspectos mais sutis da luta de classes.

---

8 Em **Poder e dinheiro** João Bernardo dedica 156 páginas à conceituação precisa e rigorosa das cidades como centros de uma forma coletiva de senhoria (BERNARDO, 1997, p. 363-519).

## Conclusões

As contradições e problemas do mundo urbano levaram teóricos de diferentes vertentes a tirar as condições gerais de produção do lugar teórico secundário a que Marx as relegara e a dar-lhes papel cada vez mais central na reconstrução conceitual da realidade.

Em qualquer de seus desenvolvimentos, o conceito de condições gerais de produção é central para a compreensão do fenômeno urbano, em especial quando conflitos se desenvolvem mais intensamente em todos os elementos integrantes do debate:

1. Quanto ao *transporte*, não somente os protestos contra aumentos tarifários recrudescem, como há um movimento social organizado (o Movimento Passe Livre) a tratar da questão em nível nacional e a pautar a *tarifa zero* nos transportes – ou seja, a *transferência do custo do transporte urbano do trabalhador para os capitalistas*. Da mesma forma, o recente movimento paredista dos caminhoneiros contra os aumentos nos combustíveis, e a recorrente reclamação de burgueses e gestores acerca das dificuldades logísticas causadas pela opção preferencial pelo transporte rodoviário no Brasil reforçam a centralidade deste tema no debate político.
2. Quanto à *comunicação*, os protestos políticos dos últimos anos, da *Primavera Árabe* às *Jornadas de Junho* (Brasil), colocam os *meios de comunicação* (celulares, internet, redes sociais) num lugar privilegiado enquanto instrumentos de mobilização política.
3. Quanto à *aglomeração urbana*, a recente notícia da *virada urbana* (ou seja, da passagem de mais de 50% da população mundial para o habitat urbano) aponta o fortalecimento da *tendência global à urbanização*. Os ritmos, formas e meios desta urbanização, entretanto, não estão dados de antemão, e dependem fundamentalmente dos conflitos sociais que o constituem.
4. A *mobilidade do capital* assumiu formas inauditas no período iniciado nos anos 1980, e resultou a partir de 2007 numa crise recessiva global cujos efeitos ainda se fazem sentir.
5. A *segregação urbana* persiste, mesmo, no caso brasileiro, após a institucionalização de instrumentos de política urbana e fundiária aptos a mitigá-la. É de se saber se tais instrumentos ainda guardam potencial para reverter a hegemonia corporativa dos processos de urbanização, ou se novas lutas, em forma e conteúdo, se fazem necessária para superar a segregação.
6. O *combate travado por burgueses e gestores contra o inter-relacionamento social autônomo dos trabalhadores* pode ser visto, entre tantas polêmicas recentes, na proibição aos *rolezinhos*, no controle severo exercido contra os bailes *funk*, no alastramento do neopentecostalismo (com as ambiguidades próprias deste campo) etc.

Dada a pouca produção recente sobre o tema que tenha empregue as condições gerais de produção explicitamente como instrumento analítico, trata-se de um conceito fértil a ser resgatado.

## Referências

- BERNARDO, João. **Marx crítico de Marx**: Livro primeiro: epistemologia, classes sociais e tecnologia em O Capital. Volume I. Porto: Afrontamento, 1977. 375 p.
- BERNARDO, João. **Marx crítico de Marx**: Livro primeiro: epistemologia, classes sociais e tecnologia em O Capital. Volume II. Porto: Afrontamento, 1977. 220 p.
- BERNARDO, João. **Marx crítico de Marx**: Livro primeiro: epistemologia, classes sociais e tecnologia em O Capital. Volume III. Porto: Afrontamento, 1977. 299 p.
- BERNARDO, João. **Dialéctica da prática e da ideologia**. São Paulo/Porto: Cortez/Afrontamento, 1991. 79 p.
- BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991. 371 p.
- BERNARDO, João. **Poder e dinheiro – do poder pessoal ao Estado impessoal no regime senhorial, séculos V-XV**: Parte I - sincronia: estrutura económica e social do século VI ao século IX. Porto: Afrontamento, 1995. 620 p.
- BERNARDO, João. **Poder e dinheiro – do poder pessoal ao Estado impessoal no regime senhorial, séculos V-XV**: Parte II - diacronia: conflitos sociais do século V ao século XIV. Porto: Afrontamento, 1997. 711 p.
- BERNARDO, João. **Poder e dinheiro – do poder pessoal ao Estado impessoal no regime senhorial, séculos V-XV**: Parte III - sincronia: família, dinheiro e Estado do século XI ao século XIV. Porto: Afrontamento, 2002. 657 p.
- BERNARDO, João; MANOLO. Intelectuais orgânicos? **Passa Palavra**, fev. 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2012/02/53056>>. Acesso em: 03 mar. 2015.
- BIDET, Jacques. **Exploring Marx's Capital**: philosophical, economic and political dimensions. Leiden/Boston: Brill, 2007. 327 p.
- CASTELLS, Manuel. **Cidade, democracia e socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1980. 193 p.
- CASTELLS, Manuel. **The city and the grassroots**. Londres: Edward Arnold, 1983. 450 p.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 590 p.
- CLEAVER, Harry. **Reading Capital politically**. Leeds/Edinburgo: Antitheses/AK Press, 2000. 183 p.
- COLECTIVO DA UNIVERSIDADE DE BERLIM. **Guia para a leitura do Capital**. Lisboa: Antídoto, 1978. 183 p.
- JOÃO Bernardo. **Wikipedia**, 2014. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o\\_Bernardo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Bernardo)>. Acesso em: 30 dez. 2014.
- LENCIONI, Sandra. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio

Grande do Sul (UFRGS), 2007. v. 1. Disponível em:  
<<http://www.ub.edu/geocrit/gporto/lencioni.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 359 p.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro III: o processo global de produção capitalista, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 347 p.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 - esboços da crítica da economia política**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/EdUFRJ, 2011. 788 p.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. 894 p.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011. 1102 p.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2001. 623 p.

## Dados do autor

Manoel Maria do Nascimento Júnior

Advogado, mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA, 2019). Foi assessor do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) entre 2006 e 2019, integrando sua Equipe Urbana. Já integrou a Equipe Editorial dos Cadernos do CEAS e coordenou a Linha II (Estudos, Debates, Publicações e Sistematização) e a Equipe Urbana desta mesma entidade. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Urbanístico, atuando principalmente nos seguintes temas: direito à cidade, habitação, regularização fundiária, planejamento urbano, participação popular, transporte coletivo urbano, crise de mobilidade. Tem também experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Popular, atuando principalmente nos seguintes temas: metodologia da Educação Popular, emancipação social, movimentos sociais, burocracia, classes sociais. E-mail: [manoelnascimento@gmail.com](mailto:manoelnascimento@gmail.com)